
O DEBATE DA COMPETÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Minha resposta

José Arthur Giannotti

No texto do professor Wolfgang Léo Maar vejo certos pontos críticos que merecem reparos:

1. Por certo passei duma análise muito abstrata do modo de produção do trabalho intelectual no capitalismo de hoje, para uma análise de certos tipos que povoam nossas universidades. Não me cabe fazer sua história num panfleto que visa, sobretudo, agitar idéias. Interesse-me antes de mais nada pela falta de medida que atinge os serviços em geral, pois quero entender melhor essas classes médias modernas onde o trabalho mistura o fazer com o fazer de conta, no caso da universidade, as figuras do sábio e do sabido.
2. Se é para voltar à história de nossas instituições universitárias, não é para, como me parece fazer o professor Maar,

do avanço do capital extrair uma consequência que contraria os fatos. Se, na verdade, houve um processo de assalariamento dos professores e uma privatização das instituições universitárias, isto não redundou na predominância da lógica de mercado em nossas escolas públicas. Muito pelo contrário, cresceu o sistema de mandarinato e do patrocínio, sendo que uma grande parte do professorado, que ganhou estabilidade por vias não acadêmicas, se vê como uma elite privilegiada que deve ser financiada pelo Estado a fim de pensar (no vazio) e ensinar (o desimportante). Não sei, pois, quem está caindo nas miragens da abstração: eu, procurando desenhar certos tipos ideais, ou o professor Maar, com seus colegas da ANDES, elaborando a ideologia do baixo clero universitário.

3. Nunca opus "competência" à "democratização"; simplesmente tratei de perguntar, logo no início, o que significa a cidadania na cidade universitária. Ao menos abstratamente, numa primeira aproximação, ela se define como aquelas atribuições que determinam um indivíduo capaz de ensinar a pesquisar de maneira autônoma. Formalmente é o doutor que preenche este requisito. Não nego que a maioria deles está muito longe deste ideal, mas ou as formas universitárias possuem algum valor ou será mais apropriado que nós, professores, passemos a cuidar de outras coisas. Também não estou defendendo a tese de que a universidade se reduza a uma república de doutores; não posso, contudo, deixar de levar em consideração que somente o doutor possui o direito de exercer o poder acadêmico. Além do mais, cabe reconhecer a existência de outros poderes no interior da universidade, poderes cuja legitimidade não está em questão. O drama da universidade moderna, assim creio eu, reside na necessidade de conciliar poderes nem sempre compatíveis. Não consiste noutra abstração pensar a democracia universitária como a mera vigência do sufrágio universal, em que pese o voto qualificado e ponderado?

4. Não estou pretendendo criar um poder universitário; simplesmente constato sua existência, precisamente na fúria com que os outros investem contra ele. E para evitar mal-entendidos, que andam por aí, me parece um contra-senso pretender que o poder acadêmico, para ser poder, necessita cumprir os requisitos do poder estatal. Ele existe como capacidade de conformar comportamentos, como tantos outros poderes que atravessam nossa sociedade. E como professor que ainda crê na viabilidade da vida acadêmica, cabe-me pensar formas de reforçá-la. No entanto, não sou favorável a que ele impere e trate de aniquilar os outros. Aponto, isto sim, para a necessidade do seu reforço. Daí a idéia duma democracia que consista num contínuo processo de negociação com os representantes dos poderes existentes. Porque o professor Maar, assim como todos os seus colegas da ANDES, não leva em conta a existência desse poder, todos eles passam a conceber o processo de democratização como um movimento ilustrado, cujo ponto de partida, em vez de ser o projeto de paz perpétua, se resume na proposta de estabilidade desde o início da carreira e na

ditadura do coletivo. Veja-se a "Proposta das Associações Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira", documento recém-publicado, do qual o professor Maar é co-signatário, e que me parece um dos piores textos aparecidos até então sobre o assunto. Na verdade, não faz qualquer diagnóstico da grande crise que atinge a universidade, em geral, e a nossa, em particular, resumindo-se a denunciar o processo de privatização e de perda sistemática de verbas. Deixando de lado qualquer análise do modo de produção do trabalho intelectual nas unidades de ensino superior, simplesmente do avanço do capital *deduz* o processo de privatização. Segue-se o remédio: que o controle da universidade volte ao coletivo, sem nem mesmo se pôr a questão de como uma sociedade alienada e doente seria capaz de curar-se a si mesma. Ou talvez a pequena-burguesia universitária seja o motor da história?

O referido documento pede a autonomia, mas não a associa a qualquer avaliação de desempenho; o que pede, finalmente, é uma "democratização" interna que não presta contas a ninguém. Minto, a coisa é mais refinada. Leia-se a passagem da página 20: "Cabe à universidade a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos. A prestação de contas deverá ser acompanhada de um relatório geral de atividades e submetida ao Congresso Nacional". Isto, além de expor a universidade ao jogo dos partidos, ainda exclui qualquer intervenção do governo, o qual, de agora em diante, esperamos todos, vai ser democraticamente eleito. E nada é dito propriamente sobre a avaliação, a não ser a fórmula ritualística de que ela deve ser feita pelos pares. O controle do coletivo ainda será mais forte sobre as universidades privadas: os recursos públicos só poderão chegar às suas mãos quando forem "destinados a projetos e programas integrados no planejamento pedagógico da Instituição", sendo que tais "projetos e programas deverão estar condicionados ao interesse da comunidade e à melhoria da qualidade do ensino". Como é a própria comunidade que define o interesse coletivo, nunca vi populismo mais descarado.

José Arthur Giannotti é professor de Filosofia na USP e atual presidente do CEBRAP.

Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 16, pp. 38-39, dez. 86
